

## A NECESSIDADE DE UM MODELO DE GESTÃO APLICÁVEL ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

*Gideon Carvalho de Benedicto*<sup>1</sup>

A educação enfrenta sérios problemas de ordem operacional e econômico-financeira, tanto no Primeiro Mundo quanto no Terceiro.

Na opinião de Fernando Rosseti, Coordenador da edição brasileira do suplemento "World Media" publicado pela Folha de São Paulo, o problema é a má qualidade do ensino. "Melhorar a qualidade do ensino é hoje o principal lema em educação". Diz ele, também que, "para o Primeiro Mundo, o problema da qualidade, agora, é como formar uma mão-de-obra cada vez mais versátil, capaz de se adequar às rápidas transformações tecnológicas que caracterizam a era da informática.

No Terceiro Mundo, a questão é formar uma mão-de-obra minimamente qualificada - já que, aos poucos, a massificação do ensino consegue acabar com uma das principais marcas da pobreza, o analfabetismo."<sup>2</sup>

Já David W. Breneman, professor da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, defende a idéia de que "a solução dos problemas da educação passa pela economia".<sup>3</sup>

---

1 Professor Adjunto do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCECA/PUCCAMP). Mestre em Ciências Contábeis e Atuárias pela PUC-SP e Doutorando em Controladoria e Contabilidade na FEA/USP

2 ROSSETI, Fernando. *Qualidade vira bandeira planetária*. In: Folha de São Paulo, "World Media" de 6/6/1993. p. 2.

3 Citado por Rosseti, Fernando. Op. Cit., p.2.

Partindo desse pressuposto, nota-se que uma parte do problema educacional está fundamentada na maneira como os recursos são gastos. A questão que se coloca é como repartir os recursos entre as atividades de educação. Mesmo nos países desenvolvidos, há uma má administração dos recursos. Isabelle Groc, citando François Orivel, diretor do Instituto de Pesquisa em Economia da Educação de Poitiers (França), afirma: "A melhoria do sistema escolar americano não depende de recursos, mas de uma melhor organização." <sup>4</sup>

Vários pesquisadores estão receitando mais rigor nos investimentos em educação e, após considerarem a década de 80 como sendo perdida, afirmam que não há milagres à vista no setor educacional para o Terceiro Mundo.

Isabelle Groc comenta: "Os anos 80 representaram para muitos países em desenvolvimento a década perdida da educação. Principalmente para a África. Mas outros países da América Latina e da Ásia também pouco ou nada realizaram no domínio da educação. Faltam recursos." <sup>5</sup>

François Orivel aconselha "ter muito rigor com os meios disponíveis nos próprios países e não acreditar em soluções milagrosas, como a estatização ou privatização." <sup>6</sup>

O problema, então, não é só quantidade de recursos, mas a capacidade de administração e de controle dos custos. François

---

4 GROC, Isabelle. *EUA investem mais e criam alunos piores do que Taiwan*. In: Folha de São Paulo, *World Media* de 6/6/1993, p.10.

5 GROC, Isabelle. *Não há milagres à vista para o Terceiro Mundo*. In: Folha de São Paulo, *World Media* de 6/6/1993, p. 14.

6 Citado por GROC, Isabelle. Op. Cit. p.14.

Orivel tem essa opinião. Para ele, nem mesmo uma ajuda internacional resolveria totalmente a questão, uma vez que, "a educação deve poder se desenvolver mesmo nas condições economicamente desfavoráveis e a custos controlados", e ainda mais, "a primeira idéia é que a gestão do sistema educacional não deve ser feita unicamente em função de critérios pedagógicos e nem deve ser entregue a pedagogos. É preciso utilizar muito mais os argumentos relacionados a custos e eficácia e menos argumentos estritamente pedagógicos. Além do mais, o milagre não virá de um aumento dos recursos públicos ou dos recursos vindos da ajuda exterior. Isto ajuda. Mas é preciso mobilizar ao máximo os recursos existentes, as famílias, as empresas. Enfim, é necessário adaptar os sistemas educacionais ao contexto local."<sup>7</sup>

A educação enfrenta hoje, no mundo todo e particularmente no Brasil, desafios muito sérios, cuja solução não pode ser deixada em segundo plano.

Eunice Ribeiro Durham, secretária nacional de Educação Superior do Ministério da Educação, traça em linhas gerais a problemática existente na área financeira e na de recursos humanos, destacando "a necessidade de expansão e diversificação para a melhoria da educação básica, o desenvolvimento da pesquisa científica, a formação de recursos humanos capazes de promover a inovação tecnológica". Ela acrescenta: "Tudo isso exige aporte de recursos, e a discussão da questão financeira não pode se restringir, como tem ocorrido, a problemas salariais. E, na medida mesma em que a questão salarial exclui as demais, ela impede que se encaminhe uma solução satisfatória para o problema do financiamento do sistema".<sup>8</sup>

7 GROU, Isabelle. *Não há milagres à vista para o Terceiro Mundo*. In: Folha de São Paulo, World Media de 6/6/1993, p. 15.

8 DURHAM, Eunice Ribeiro. *Finanças da Universidade* In: O Estado de São Paulo de 22/2/1992.

O quadro apresentado por Eunice Ribeiro Durham pode ser constatado por qualquer observador da cena educacional brasileira. O problema é maior porque o governo não cobra uma avaliação de desempenho nem desenvolve uma política de controle dos recursos consumidos nas atividades educacionais. Para tentar sanar a crise, a educadora propõe uma maior liberdade para as universidades, libertando-as de suas amarras burocráticas e concedendo-lhes autonomia para gerir totalmente seus recursos.

As universidades deveriam poder estabelecer livremente planos de capacitação docente, de carreira administrativa e de política salarial. Além disso, as instituições de ensino precisam adotar um novo modelo de contabilidade de custos e gestão, para poder avaliar o desempenho dos gestores e da entidade. Com isso, a liberação de recursos passaria a depender do desempenho de cada escola. Pois, no dizer de Eunice Ribeiro Durham, "não se trata de diminuir os recursos hoje destinados ao ensino superior, mas de garantir sua aplicação mais justa e mais eficaz".<sup>9</sup>

Num contexto de competição mercadológica, formação de grupos econômicos e guerra de preços, as instituições particulares de ensino necessitam adotar bons sistemas de informações contábeis, ao lado de novas tecnologias. Só assim poderão aumentar sua competitividade e fazer frente a uma concorrência cada vez mais forte. Não é questão apenas de sobrevivência, mas de cumprir eficazmente sua missão.

---

9 DURHAM, Eunice Ribeiro. *Finanças da Universidade* In: O Estado de São Paulo de 22/2/1992.

As próprias instituições públicas de ensino necessitam de informações precisas e objetivas para serem mais eficientes no uso dos recursos disponíveis. Essas instituições freqüentemente se ressentem da falta de um modelo de contabilidade de custos eficaz. Com isso, o seu processo decisório não é tão lógico como deveria ser. As informações contábeis geradas pelo sistema de contabilidade tradicional estão obsoletas para esta época de constantes mudanças.

Os doutores Catelli e Guerreiro afirmam isso: "As informações geradas pelo sistema de Contabilidade tradicional já não atendem às novas necessidades de gestão". E acrescentam: "Neste ponto deixamos claro que não criticamos a contabilidade como ciência que é extremamente rica em sua base filosófica e conceitual; nossa crítica é na forma como a contabilidade, como geradora de informações gerenciais, é praticada".<sup>10</sup>

Um modelo de contabilidade de custos eficaz precisa oferecer informações valiosas sobre a instituição aos gestores e usuários externos. Partindo dessa premissa, a contabilidade não pode basear-se em conceitos distorcidos. Dentre os conceitos distorcidos, destacamos os critérios de alocação dos custos indiretos fixos dos serviços prestados pelas instituições de ensino. Geralmente, esses custos são alocados por critérios arbitrários, tornando, assim, as informações contábeis insuficientes para o processo decisório, a avaliação de desempenho e a controlabilidade dos recursos consumidos nas atividades educacionais.

---

10 CATELLI, Armando e REINALDO, Guerreiro. *GEGON - Sistema de Informação de Gestão Econômica: uma proposta para mensuração contábil do resultado das atividades empresariais*. In: Boletim do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, setembro/92, p. 10.

Concluiu-se, portanto, que a educação, tanto no mundo como no Brasil, requer mais e mais recursos, melhores condições de trabalho, capacitação de docentes, instalações modernas, autonomia e, nós acrescentaríamos, um modelo de contabilidade de custos, através do qual as instituições particulares e públicas possam planejar, controlar, tomar decisões, avaliar desempenho, isto é, gerir eficientemente os recursos consumidos em cada uma de suas atividades.

Isso só será possível, na nossa maneira de ver, adotando-se um novo modelo de gestão econômica. Se perdurar o quadro atual da educação brasileira, assistiremos à morte lenta das instituições de ensino do país e, em consequência, do próprio país.

## **BIBLIOGRAFIA**

- CATELLI, Armando e REINALDO, Guerreiro. *GEGON - Sistema de Informação de Gestão Econômica: uma proposta para mensuração contábil do resultado das atividades empresariais*. In: Boletim do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, setembro/92.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Finanças da Universidade*. In: O Estado de São Paulo de 22/2/1992.
- GROC, Isabelle. *EUA investem mais e criam alunos piores do que Taiwan*. In: Folha de São Paulo, "World Media" de 6/6/1993.
- GROC, Isabelle. *Não há milagres à vista para o Terceiro Mundo*. In: Folha de São Paulo, "World Media" de 6/6/1993.
- ROSSETI, Fernando. *Qualidade vira bandeira planetária*. In: Folha de São Paulo, "World Media" de 6/6/1993.

## **A REPRESENTAÇÃO DOS ECONOMISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Três Entidades representam os Economistas:**

**Conselho Regional de Economia 2ª Região - CORECON;**

**Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo - SINDECON;**

**Ordem dos Economistas de São Paulo**

### **O CONSELHO**

O Conselho fiscaliza o exercício profissional, expede as carteiras de identificação profissional, impõe penalidades ao exercício ilegal da profissão e é também o órgão normativo da categoria, ou seja, estabelece regras éticas que devem nortear a profissão. Sem o registro nenhum Economista, legalmente, pode exercer a profissão.

Para obtê-lo basta a apresentação do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas, expedido por Faculdade oficial ou reconhecida pelo MEC. Mas o registro poderá ser concedido também a título provisório, mediante apresentação de Certificado ou Atestado de Conclusão da Faculdade.

É obrigatório também o registro de empresas, entidades e escritórios que operem em atividades típicas de economia e finanças. Além dessas atividades principais, o CORECON promove eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento técnico, além de editar publicações específicas, entre elas duas regulares e mensais – O Jornal do Economista e a Carta de Conjuntura.

### **O SINDICATO**

O Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo tem suas bases na legislação trabalhista, tendo como prerrogativas representar os interesses da classe ou os interesses individuais dos Economistas em assuntos relativos à profissão, assim como celebrar contratos coletivos de trabalho. Para o ingresso no SINDECON o Economista deverá estar registrado no CORECON.

## **A ORDEM**

É uma Entidade Civil, de utilidade pública, que tem por objetivo: Zelar pelo prestígio da classe e pela ética profissional; promover a união da classe, estreitando a convivência social de seus membros; incentivar o estudo, promoção e aperfeiçoamento da cultura das ciências econômicas; apresentar estudos e pareceres econômicos e cooperar com as demais entidades. A Ordem é a Entidade mais antiga e deu origem ao Sindicato, que por sua vez antecedeu ao Conselho. Pode pertencer à ordem todo Economista como membro efetivo e todo estudante das Faculdades de Ciências Econômicas, como membro aspirante.

As três Entidades ocupam o mesmo prédio, no centro da Capital: Viaduto Nove de Julho, 26 (ao lado da Câmara Municipal). O prédio conta com auditório próprio e também com um bar, como centro de convivência, aberto ao público.

Para atender a região de Campinas a Delegacia Regional funciona com sede à Av. Imperatriz Leopoldina, 80, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> andares, Vila Nova, CEP 13073-010 - Campinas/SP - Fone: 42.3142

## **CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

São diversos os setores em que o Economista pode encontrar campo para sua ATUAÇÃO. Setores que geralmente necessitam do trabalho profissional do Economista: O Governo, onde se incluem todas as Instituições Governamentais, da administração direta e indireta; as Empresas Públicas e Privadas, independentemente do seu ramo de atividade; os Mercados de Capitais e Financeiros, os Bancos de Investimentos, as Companhias Financeiras, de Seguros e as de Distribuição e Corretagem de Valores; os Institutos de Pesquisas Econômicas Públicos e Privados; Órgãos de Classe.

Campinas e Região contam com uma Delegacia Regional para atender os Economistas no que concerne a seus problemas profissionais. Além de oferecer a seus associados um amplo espaço para a realização de eventos, bem como, para promoção de Cursos de aprimoramento da condição profissional, oferece também diversos convênios para melhor atender as necessidades da categoria.